

DOROTHY STANG E O PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA PELA TERRA E TERRITÓRIO DE VIDA PARAENSE

DOROTHY STANG AND FEMALE PROTAGONISM IN THE STRUGGLE FOR EARTH AND TERRITORY OF PARAENSE LIFE

Marília Geovana de Oliveira Lisboa

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia

Universidade do Estado do Pará

lisboamari6@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6737-6924>

Rubens Cunha Castelo Branco

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia

Universidade do Estado do Pará

rubenscastelo18@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca discutir o protagonismo feminino na luta pela terra no contexto paraense, destacando as formas de contribuição com base na ótica da mulher. Tomaremos como análise pontual o caso da missionária Dorothy Stang, fundadora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS na cidade de Anapu, assassinada em 2005. A Metodologia deste trabalho se utilizou de levantamento bibliográfico relacionado à luta camponesa feminina, análise documental de arquivos da CPT- Belém, entrevistas, levantamentos de notícias de jornais, bem como inquéritos policiais. Com base no levantamento de dados, pode-se afirmar que a organização agrária brasileira é produzida pela elite e mantenedora do poder desta desde as primeiras divisões de terras no período colonial. Para manter os privilégios desta elite, diversas formas de violência contra as famílias são sistematicamente praticadas. Discutiremos a corrida pela construção e representatividade, identidade e subjetividade da mulher na luta pela terra, através das ações desenvolvidas por Irma Dorothy. Esta representatividade é importante para o remodelamento da luta camponesa. A representatividade de Dorothy como defensora pelo território de vida foi significativa no processo de participação feminina nas demandas do PDS. O seu legado alerta para o agravamento e silenciamento em torno da violência presente na sociedade na totalidade e em particular no campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Luta pela terra, Protagonismo Feminino, Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT:

This work aims to discuss feminine protagonist struggle for land in Pará, focusing on women perspective and their contributions. The analysis will focus on Dorothy Stang case, founder of Sustainable Development Project (SDP), and her murder in Anapu city in 2005. The methodology of this work was based on bibliographic surveys related to women's peasant struggle, documental analysis of CPT- Belém archives, interviews, newspaper news surveys, as well as police inquiries. Based on the data survey, it can be affirmed that the Brazilian agrarian organization is produced by the elite and maintains its power since the first land divisions in the colonial period. To

maintain the privileges of this elite, various forms of violence against families are systematically practiced. We will discuss the race for construction and representation, identity and subjectivity of women in the struggle for land through the actions developed by Irma Dorothy. This representativeness is important for the remodeling of the peasant struggle. Dorothy's representativeness as an advocate for the territory of life was significant in the process of female participation in the demands of the PDS. Her legacy alerts to the worsening and silencing around the violence present in society as a whole and particularly in the Brazilian countryside.

KEYWORDS: Fight for land, Feminine Protagonist, Sustainable Development Project.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca discutir o protagonismo feminino na luta pela terra no contexto paraense, destacando as formas de contribuição com base na ótica da mulher, e as transformações nas demandas camponesas resultantes deste remodelamento da luta camponesa.

Trataremos dos desafios enfrentados por mulheres decorrentes de lógicas sociais impostas pela sociedade patriarcal, tendo como consequências, formas diversas de violências sofridas pelas mesmas, transformando a liderança feminina no campo em um exercício de resistência contínuo.

A questão base que norteia o debate feminista se inicia com a corrida pela construção e representatividade e da identidade e subjetividade da mulher nos diversos espaços da sociedade. O caminho para a visibilidade destas mulheres está na construção do seu empoderamento e unificação, para que seu posto na comunidade seja visto de forma mais ampla, não apenas em relação à produção como também nos espaços de decisão.

[...] na teoria feminista, a construção de uma identidade definida, envolvendo a categoria mulheres como sujeito do feminismo, justifica-se no sentido de propiciar visibilidade às mulheres, considerando que suas vidas eram mal representadas ou não representadas. (BUTLER, 2003 apud SALVARRO, LAGO, WOLFF, 2013).

O feminismo considera importante este questionamento diante do fato do sujeito mulher não ser considerado permanente e estar fora dos domínios da representação política.

Tendo em vista a complexidade que envolve a produção de determinada identidade política, é pertinente considerar que as reivindicações (e conquistas) das mulheres agricultoras pelo reconhecimento profissional e por direitos trabalhista-previdenciários se inserem em campos de disputas por reconhecimento cultural (na esfera da diferença,

envolvendo demandas de gênero, étnicas...) e redistribuição socioeconômica (na esfera da igualdade) (SALVARRO, LAGO, WOLFF. 2013 p. 81).

O debate acerca da construção do sujeito feminino, se inicia com questionamento do papel da mulher na sociedade capitalista. De acordo com Federici (2004, p.232).

a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos. Como vimos, os trabalhadores homens foram frequentemente cúmplices deste processo, tendo em vista que tentaram manter seu poder com relação ao capital por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, das crianças e das populações colonizadas pela classe capitalista.

A divisão do trabalho ligada às relações de gênero que direciona a mulher ao trabalho reprodutivo (voltado ao seio familiar), e ao homem o trabalho produtivo (referente a força física, espaços de liderança), caracterizam a formação das relações nas comunidades rurais e urbanas. A atribuição das habilidades ligadas ao sexo não é definida pelo perfil da comunidade em questão, mas sim por valores socialmente repassados, norteadores do funcionamento das mesmas.

O questionamento desta divisão e a inserção das mulheres na luta pela terra e representação política serão discutidos ao longo deste trabalho, sendo base para a transformação de movimentos e grandes contribuições nas demandas das comunidades.

Este artigo utilizará como estudo de caso a contribuição da missionária Dorothy Stang, fundadora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em Anapu- PA, destacando seu legado e como sua participação influenciou na forma de uso da terra e incentivo da participação das mulheres da comunidade naquela realidade.

Dorothy Stang foi assassinada em 2005, vítima dos paradigmas impostos ao gênero e pela influência de sua atuação contra a hegemonia da elite no contexto da frente

de expansão do agronegócio e conjuntura agrária que privilegia os grandes proprietários de terra.

A metodologia utilizada neste trabalho será a pesquisa bibliográfica, análise documental de arquivos da CPT- Comissão Pastoral da Terra sede Belém, e entrevista remota para, dessa maneira, analisar a problemática da relação excludente ligada ao gênero e discutir a contribuição feminina na luta por espaço na sociedade capitalista, representatividade no campo, e território de vida.

O PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA PELA TERRA

No Brasil, a participação das mulheres nos espaços de decisão é escassa e quando exercida, é permeada de desafios e discriminação naturalizada por questões de gênero. No espaço agrário não é diferente, em alguns termos é mais visível, ou seja, uma mulher que se torna uma liderança precisa de reconhecimento e afirmação diante dos padrões colocados.

Nas discussões realizadas, a intenção foi sempre mostrar que todos estes processos de exclusão e reconquista dos direitos básicos se construíram a partir de ações conjuntas entre homens e mulheres. Porém, estas, pouco são mencionadas na história oficial como protagonistas na luta pela terra. Dessa forma, parece que elas não conseguiram desse modelo de desenvolvimento agrário, como também não são agentes modificadores deste, ao longo do percurso histórico. É um comportamento cultural, construído socialmente, de promoção do masculino sobre o feminino. Assim, a dominação masculina sobre as mulheres acaba por fazer com que elas neguem a si mesmas, no decorrer do tempo, e acabem por aceitar passivamente essa dominação como algo natural (SILVA, 2016, p 63).

O processo de exclusão da mulher principalmente na participação da construção histórica destes espaços e atividades é uma construção social alinhada à concepção machista e patriarcalista, a questão do gênero é o ponto de partida para a discussão por ser uma das relações socialmente construídas mais antigas e a mais sistemática existente (SILVA, 2016). Assim como a difusão da ideia machista e desumanização do trabalhador, sobretudo da trabalhadora, onde tais ferramentas de dominação são importantes para a manutenção da exploração, causando a incapacidade de autorreflexão enquanto classe dominada e um posterior questionamento quanto à opressão sofrida.

A desvantagem feminina em relação ao homem transita em diversos espaços, no rural a situação é ainda pior, não unicamente o cerceamento ao acesso destas mulheres aos espaços, como também espaços econômicos e políticos que são necessários para a reprodução do capital.

Não é recente a luta das mulheres por direitos políticos e sociais, e pela construção da sua identidade para além do trabalho reprodutivo.

No entanto, as mulheres, em especial as do campo, são as que mais sofrem com a dominação masculina, de acordo com Perrot, “as camponesas são as mais silenciosas das mulheres imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural (SILVA, 2016, p. 77 Apud PERROT, 2012, p. 110).

A importância do engajamento das camponesas no questionamento das barreiras culturais que privilegiam o masculino, e as restringem a determinados papéis desde o nascimento, é o princípio da formação e transformação das demandas nos movimentos camponeses em relação a territórios de luta, trabalho e vida.

A inserção precária e pontual da mulher camponesa em postos de trabalho, causada pelo modo de produção e territorialização capitalista no campo, seja no agronegócio, seja na agricultura familiar, são restringidas em muitas comunidades apenas às atividades domésticas e familiares (CAMPOS, 2009), não tendo autonomia sobre o próprio corpo e pensamento pelo condicionamento patriarcalista.

Na questão rural, a invisibilidade da voz feminina se reflete em falhas de políticas públicas e as formas de violência como ameaças ao patrimônio e em casos mais graves, assassinatos.

Queremos destacar com isso que o sistema opressão-dominação da relação de gênero se reproduz através de instituições e de instrumentos que fazem parte do seu aparelho ideológico. Em última instância, representa mais um mecanismo pelo qual o processo de reprodução do capital procura apropriar-se da “práxis” social, produzindo uma sociabilidade, um modo de vida a ele apropriado [...]. Referimo-nos ao processo pelo qual o conjunto da prática social é submetido aos imperativos da reprodução do capital, (re) definindo-a em forma e conteúdo, já que a reprodução do capital, relação social central, depende de elementos e condições que a sua dinâmica de acumulação sozinha

não tem possibilidade de garantir (GARCIA, 2004 p.144 Apud BIHR, 1998, p.145).

A opressão à mulher é mais antiga que o surgimento do modo capitalista de produção, sendo assimilado e transformado em grande característica de dominação, dando prosseguimento a implantação desta discriminação de gênero que contribui para a diminuição dos custos salariais, divisão de interesses e competições (GODINHO, 2003).

No final da década de 1970, surge no Brasil, movimentos de massa contra o regime ditatorial, aglutinado e, em simultâneo, dividido em várias vertentes, partidos, movimentos populares classistas, sindicatos e outros. A participação feminina ainda que existente, era invisibilizada devido a relações de gênero, raça e classe estruturadas na sociedade.

Em 1986, no I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais, destacou-se que espaços de decisão não eram permitidos a elas, apenas papéis secundários e subalternizados. As mulheres não encontravam espaço para suas demandas específicas serem tratadas equitativamente. Destacava-se assim que a luta pelas pautas direcionadas para as mulheres camponesas deveriam ser protagonizadas pelas mesmas.

Os motivos que despertaram a camponesa a ingressar na luta foram, primeiramente a necessidade, pois não tinham para onde ir. Ela sabia do valor que a terra tinha onde nasceu e se criou e construiu suas raízes culturais relacionadas nas convivências diárias. Dessa forma, conscientes da importância do Sindicato e da CPT, foram em busca de apoio político, de orientação sobre os direitos. Entretanto, outras mulheres compreenderam sua participação como rompimento do preconceito secular machista contra a mulher, o qual não aceitava que elas participassem das mudanças sociais, econômicas e culturais da sociedade (SILVA, 2016. p.80).

É importante ressaltar também as questões de diferenciação de gênero dentro das próprias instituições religiosas que fazem estes trabalhos de base nas comunidades, o engajamento feminino nestas organizações em sua atuação no Brasil foi limitado também pelas questões que estas instituições lutam, ou seja, a limitação por causa do gênero.

Percebe-se que há parâmetros reguladores da religiosidade feminina assumidos pelas demandas do Eclesiástico. Foram muitas conquistas, mas quanto a atuação feminina nos regimentos do clero, as mesmas ainda se dão de forma

limitada. No contexto histórico religioso não há vestígios em que mulheres já ocuparam cargos importantes na sede do governo do vaticano, juntamente com a autoridade papal, as cadeiras nas assembleias são ocupadas somente por homens (CARIOCA, 2018. p.36).

A luta feminina por protagonismo transcende ambientes e além de representar uma reformulação nos movimentos sociais e comunidades, também significa a necessidade de uma reformulação nas organizações religiosas a fim de quebrar a atribuição da figura de fragilidade a mulher religiosa.

As primeiras organizações de feminismo camponês popular no país estavam atreladas às organizações trabalhistas e religiosas. Estas entidades religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra-CPT, ligadas à teologia da libertação foram fundamentais na construção da participação das mulheres nas lutas nesse contexto.

Segundo a Teologia da Libertação, a comunhão proposta pelo Evangelho se conquista nas práticas sociais e territoriais contemporâneas. Esse projeto vai muito além da conversão pessoal/individual à luta e às práticas libertadoras, ele dá ênfase na conversão social, coletiva, comunitária e multidimensional da sociabilidade humana. Vai muito além da elaboração intelectual (teórica), lógica e racional de uma teologia revolucionária, privilegiando a práxis libertadora. Se as classes oprimidas são as preferidas pela Igreja Libertadora, elas nunca alcançarão seus objetivos se não participarem diretamente da luta pela liberdade. Aqui, a ideia de liberdade conquistada por meio da práxis vinda das camadas populares é primordial. A opção preferencial pelos pobres significa que estes são os portadores das transformações (JUNIOR, 2008. p.112).

Esta filosofia foi norteadora para a formação destas entidades religiosas e a participação da igreja nas questões agrárias do país, os trabalhos de base realizados nas comunidades, a organização mais conhecida é a CPT, que associada com outras congregações como a Notre Dame de Namour, publicam documentos, registros, e manifestos com objetivo de discutir e incentivar a luta camponesa por direitos, bem como discutir a transformação desses movimentos através dos debates acerca do gênero.

Além desta forma de participação diferenciada em movimentos sociais, as trabalhadoras rurais no Brasil incrementaram a sua visibilidade coletiva através do sindicalismo oficial. O departamento rural da CUT¹

¹ Central Única Dos Trabalhadores.

e a CONTAG² foram as primeiras organizações em mobilizar as mulheres sob as bandeiras de reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários e demanda de acesso a serviços de saúde, desde meados dos anos 1980 (GARCÍA, 2004, p. 170).

A partir das lutas contra a estrutura secular machista, o reconhecimento da mulher camponesa como classe trabalhadora, participação política e políticas públicas de assistência, os movimentos camponeses de luta pela terra passaram por transformações nos seus espaços de discussão e deliberação de pautas.

Da inserção da mulher nos movimentos sociais de caráter popular derivam-se três situações. Em primeiro lugar, a mulher que deixa de atuar nos limites do privado provoca novas relações no interior da família e com a vizinhança e amigos. Em segundo lugar, a mulher passa a articular, no interior do movimento, lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens. Uma terceira situação seria a referente àquelas mulheres organizadas em torno de aspectos tradicionalmente femininos que passam a questionar a própria condição de mulher (GARCÍA, 2004, p.172 apud PINTO, 1992).

A liderança feminina é importante para o exercício da pluralidade de vozes e demandas que atendam ambos os sexos, como organização trabalhista, acessam a políticas públicas e proteção das propriedades e vivência na sociedade.

Nesse sentido, Schwendler (2009, p.208) apud Pinto (1992) destaca:

A participação das mulheres nas diferentes instâncias na luta pela terra, assumindo uma identidade própria, como —mulheres sem-terra, têm possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política. com a inserção das mulheres nos movimentos sociais de caráter popular, elas deixam de atuar apenas nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família e seu entorno; passam a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens, como é o caso do Coletivo de Gênero, criado em 1996 dentro do MST, e, ainda, passam a questionar a própria condição de mulher.

A participação da mulher nas lutas camponesas é o resultado da influência do feminismo e das lutas ligadas a ele, ao redor do mundo, e como este pensamento transformou o *modus operandi* das organizações camponesas, ou seja, um novo modo de agir, uma nova luta considerando a ótica feminina e sua relação com a comunidade. Gradualmente as mulheres foram ganhando espaço na sociedade e exigindo participação o poder político em diferentes esferas sociais.

² Confederação Nacional Dos Trabalhadores Rurais Agricultores E Agricultoras Familiares

No MST³, a mulher se destaca no tocante a luta pela terra e educação no campo, as discussões sobre gênero são inseridas em assembleias e destacadas no movimento. O MST mulher que existe desde 2000, surgiu da luta feminina por demandas específicas e direito a serem plenamente dirigentes e lideranças.

Em março de 2020, ocorreu em Brasília o primeiro encontro nacional de mulheres do MST.

Nós temos, desde a Amazônia até o Sul do país, as nossas experiências de resistência e, com certeza, nesses dias nós teremos um importante diagnóstico e, mais do que isso, uma projeção sobre como que as mulheres participam e vão participar ainda mais da luta (MAFORT, 2020).

Na Amazônia, as mulheres que protagonizaram o processo de construção da discussão gênero na luta camponesa são Militantes de várias entidades representativas, como MAB⁴, movimentos indígenas, MST, MAM⁵ e outros que lutam por cada vez mais espaço em relação à voz e transformação dos próprios movimentos, como destacado anteriormente, a organização destas entidades no tocante a mulher teve a CPT e CEBS⁶ como organização precursora destes debates nas localidades.

A resistência camponesa é uma força perturbadora num contexto sócio-histórico radical. A mulher, na reivindicação da terra e das territorialidades, fere a noção de gênero naturalizada nas concepções de propriedade da terra patriarcal, masculina capitalista (TARREGA, 2020, p.92).

No Brasil e na Amazônia, as representatividades femininas das entidades e comunidades, antes de adentrarem os espaços de decisão, quebraram a restrição de suas atividades imposta pelo gênero, debateram a situação feminina nas localidades e começaram a participação mais ativa nas demandas.

Para além da discussão acerca da contribuição feminina na luta pela terra, este trabalho analisará a trajetória da missionária Dorothy Stang e seu legado para a comunidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS, fundado por ela,

³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

⁴ Movimento dos Atingidos por barragens

⁵ Movimento pela soberania popular na mineração

⁶ Comunidades Eclesiais De Base.

contribuindo para a transformação do uso do território e modo de vida e trabalho nesta localidade.

Dorothy era considerada uma representatividade feminina entre os trabalhadores que se juntariam a ela na luta pela regularização dos PDS. Felício Pontes Jr, Procurador Geral Da República no Pará, Formado em Direito pela Universidade Federal do Pará e Mestre Em Teoria Do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, relata que a missionária incentivava a participação das mulheres nas reuniões da comunidade, “as mulheres viam nela um exemplo, uma força para continuar na luta”.

Segundo Felício, as mulheres foram as grandes participantes no processo de luta da comunidade pelo PDS após a morte de Dorothy, “se não fossem as mulheres daquela comunidade, o PDS não existiria, elas foram a alma da luta naquela região”, em suas conversas com a missionária, a preocupação com as mulheres, suas famílias e como eram importantes na luta da comunidade estava sempre presente nas falas de Dorothy.

eu me lembro de uma das viagens para Belém que Dorothy fez, parecia que ela sabia o que estava por vir, ela dizia, antes eu do que elas, elas têm seus filhos pra criar, e eu tô mais “solta”, entre risos (PONTES JR. 2020, entrevista realizada em 06/11/2020, via zoom).

Mais do que uma importante liderança na construção da luta pelo PDS, a missionária está entre as representatividades rurais femininas mais importantes da Amazônia, a maneira como sua trajetória frente à expansão violenta do agronegócio no Pará foi e é tratada, revela a forma que a questão gênero ainda é colocada como elemento questionador para a trajetória das mulheres enquanto lideranças.

Nos próximos tópicos será apresentada a contribuição da Missionária Dorothy Mae Stang, uma das mulheres que tiveram destaque em lutas camponesas no Pará e no país, além disso, é uma das vítimas das problemáticas apresentadas acima.

DOROTHY STANG E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-PDS.

Nascida nos Estados Unidos no dia 7 de julho de 1931, a quarta entre nove filhos de uma família católica irlandês-alemã na Cidade de Dayton, Estado de Ohio, Dorothy

Mae Stang, foi uma missionária da congregação das irmãs de Notre Dame de Namour, iniciou a vida religiosa na congregação aos 17 anos, e aos 22 iniciou sua vida nas missões da instituição.

A congregação Notre Dame de Namour foi fundada em 1804 pela freira Maria Júlia Billiard, tendo sua primeira sede em Namour, na Bélgica. Presente em 15 países, possuem um trabalho voltado a evangelização e educação de jovens e formação de professores, no país, o trabalho desenvolvido está voltado para a proteção dos direitos humanos, e auxílio de ordem religiosa, educacional e social para pobres e marginalizados.

Depois de cinco anos, quando acabara de completar 22 anos (1953), Dot foi considerada pronta, por suas diretoras espirituais, para começar o trabalho de sua vida. Ela servira em seu aprendizado nas escolas paroquiais de Illinois, e agora hora de voar para longe do ninho e atravessar o país para ensinar na nova escola paroquial Most Holy Trinity, em Phoenix, Arizona (BRETON, 2008, p.59).

Além desta escola, Dorothy lecionou nas instituições, como em St. Victor School, que fica em Calumet City, no estado de Illinois e em St. Alexander School, na Villa Park, também no estado americano de Illinois.

Nesse trabalho com os pobres, Dorothy estava recebendo um treinamento básico na sua vocação. Em 1966 seu desejo de coração de ser uma missionária foi finalmente atendido, e ela foi enviada, com sua amiga Joan, para o Brasil. Ela não poderia ter tido melhor preparação do que aqueles anos nos campos dos imigrantes do Arizona (BRETON, 2008, p.69).

Dorothy chegou ao país com sua amiga durante os primeiros anos da Ditadura Militar, sua primeira parada para missão foi numa pequena cidade do Maranhão chamada Caroatá, a 260 km de São Luis, onde auxiliou no apoio a construção de escolas e ajudou em deveres religiosos.

Segundo CARIOCA, 2018 apud SALVOLDI,2012.

O fundamento da congregação é resistir a toda essa conjuntura fugindo de uma lógica econômica do capital, para uma ecologia ambiental, como a proteção dos direitos humanos. Que é a principal resistência da missionária Dorothy em missão na Amazônia. Que tem como modelo Maria Júlia Billiard em sua luta pela preservação dos direitos humanos, bem como a biodiversidade existente naquele território. Ela juntamente com as outras duas religiosas Anne e Bárbara que atuaram mais no território maranhense onde participaram ativamente da criação da

Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, trabalharam com Dorothy em Coroatá num período até a mesma ser transferida para região amazônica.

No início dos anos 70, com a campanha governamental em prol da migração maciça para a floresta amazônica, as famílias pobres sem-terra do Nordeste viram uma esperança e, de acordo com Bobby, um dos padres missionários na região, a “resposta às suas orações” com o pensamento de se tornarem proprietários de terra e ganharam seu título. Com isso, se mudaram para as terras amazônicas, vindos de toda parte do país, começaram a limpar a terra, assim como buscar uma nova vida.

Começamos entendendo o contexto da questão agrária brasileira e paraense.

Para entender o processo histórico da questão agrária no Brasil, reporta-se aos anos de 1500, marcados pela chegada dos portugueses. Desde a época de colonização, foi imposta uma estrutura agrária que fomentou uma elite, cujo poder se baseou no acúmulo de terras e na exploração dos recursos naturais e humanos (SILVA, 2016, p.55).

A divisão arbitrária das terras indígenas feita pelos colonizadores portugueses, desde a implementação das ditas capitanias hereditárias, a divisão de blocos de terras que eram distribuídas às famílias de confiança da realeza de Portugal, ditaram a organização fundiária do Brasil.

A monocultura e o latifúndio se transformaram nas raízes da organização da terra brasileira, a terra passou a ser considerada mercadoria, dando início aos conflitos e injustiças que fazem parte da história do país.

A elite agrária brasileira, ao longo destes quinhentos anos acumulou as riquezas por meio da escravidão, da exploração, da violência e morte daqueles que se rebelaram contra a ordem imposta. Assim ocorreu com os negros africanos, advindos de diversas regiões do continente de origem, para trabalhar no cultivo da cana de açúcar (SILVA, 2016, p. 56).

A manutenção dos privilégios da elite agrária brasileira no tocante ao domínio da terra tem como custo as vidas de comunidades tradicionais, tomada de territórios de trabalhadores pobres e violências de ordem material, social e jurídica, estas violências são estruturadas e sistematicamente realizadas.

Os abusos, as exorbitâncias e o arbítrio desse novo capital que se instala na região são incontáveis: a criação e a recriação do trabalho escravo; a expulsão e a morte de posseiros, índios, trabalhadores rurais em geral; a grilagem de terras; as queimadas; a poluição de rios, lagos; e muitos

outros. Contudo, sob a nova ótica economicista, esses problemas devem ser entendidos como fenômenos característicos de uma fase inicial do desenvolvimento amazônico, cuja tendência seria a de desaparecerem, a longo prazo, quando o processo de desenvolvimento tiver atingido sua fase avançada (sic)! No entanto, é visível que a superação dessa “fase” não vem ocorrendo (LOUREIRO, 2002, p.9).

As políticas desenvolvimentistas e incentivadoras de grandes projetos aumentaram significativamente a migração para esta região, famílias em busca de terra e trabalho posteriormente se encontraram desamparadas, em meio a tensão causada pelos conflitos e constantes desterritorializações.

Anapu, na virada do século, rapidamente passa de 9.000 habitantes para aproximadamente 27.000. E isso é uma estimativa modesta, já que não houve censo oficial nesse período. Lembra-me do dia em que recebi em Belém uma comitiva de autoridades municipais de Anapu, queriam pedir ajuda, alguma forma de auxílio da Procuradoria da República já que o município vinha recebendo, no mínimo, uma família por dia. Não tinham qualquer possibilidade de atendê-las (PONTES JR, 2009, p. 3).

A cidade de Anapu localiza-se ao norte do Brasil, no Estado do Pará pertencente à região intermediária e imediata de Altamira, situa-se a 374 km da capital. Com uma população de 27.161 habitantes, de acordo com as estatísticas de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE possui uma área total de 11.895,296 km², sua economia é pautada na lavoura de: banana, cacau, café, pimenta-do-reino e outros.

As origens desta localidade são baseadas na construção da Rodovia Transamazônica, com o Programa de Integração Nacional (PIN). Anapu estava vinculada com os municípios de Pacajá e Senador José Porfírio. Anapu veio a se consolidar como município em 28 de dezembro de 1995, pela Lei Estadual nº 5.929.

Durante a construção de Belo Monte⁷, o município de Altamira teve seu contingente populacional ampliado, ultrapassando os limites da estrutura da cidade. Dorothy por diversas vezes oferecia alojamento, alimentação e os informava que a construção da barragem não estava ocorrendo, as famílias recém-chegadas não possuíam local para se instalar, e se aliavam a outras pessoas que buscavam regulamentação de terras públicas na região.

⁷ Usina Hidroelétrica construída ao longo do leito do rio Xingu, próxima a cidade de Altamira (PA), iniciado em 1970 com término em 2018. Está em funcionamento.

Em meio a essas transformações ocorridas na região, ampliando o controle da terra e dos bens da natureza por agentes econômicos (inter) nacionais, Dorothy iniciava com as famílias a discussão acerca de uma nova proposta de reforma agrária, que modificava o uso da terra e precisava de uma autorização e regulamentação do governo, seria uma luta árdua.

A origem dos PDS remonta ao processo de desapropriação da fazenda Manduacari, em 1974. A concessão desta foi cancelada, devido a terra não apresentar produtividade, as condições das concessões das fazendas naquela época seria que, se a terra não apresentasse atividade produtiva dentro de cinco anos, a propriedade voltaria ao governo federal, em teoria, a fazenda teve suas concessões canceladas, já que nunca houve tais atividades dentro de seus limites (BRETON, 2008).

Nos anos 70, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi encarregado da política de ocupação da Amazônia. Com o Contrato de Alienação de Terra Pública (CATP). O adquirente do lote deveria fazer a “exploração do lote” em, no máximo, cinco anos, do contrário, o contrato perdia a validade. O INCRA não permitiria que o cartório de registro de imóveis registrasse o local como terra particular. Na imensa maioria das vezes, a pessoa que adquiriu o lote jamais foi visitá-lo.

Não havia nem mesmo travessão que chegasse até os lotes. Mesmo assim, alguns desses contratos se tornaram terra particular, registrada em cartório, sem a anuência do INCRA. Quando percebeu isso, já nos anos de 1990, o órgão fundiário ajuizou dezenas de Ações de Resolução de CATPs combinadas com Ações de Cancelamento de Registro Imobiliário. De um modo geral, o INCRA obtinha êxito na Justiça”. (texto no prelo).

Em dezembro de 2002, 300 famílias ocuparam a área da antiga fazenda, iniciaram o processo de limpeza e ocupação da área, entendendo que as terras eram federais. Após diversos conflitos violentos envolvendo fazendeiros e sucessivas expulsões da área, o Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA concluiu que a área estava improdutiva e concedeu para os camponeses lá presentes.

Esta decisão não foi suficiente para que as ameaças, destruição de patrimônios, confisco de documentos e outras formas de intimidação terminassem. O terror em Anapu continuava. O PDS-Projeto de Desenvolvimento Sustentável, foi o início da transformação das demandas mais estruturais como escola, saúde e estradas para a

questão da terra, que antes se encontrava relativamente em difícil acesso. Em vez de requerer a terra nos moldes da reforma agrária, este projeto daria um novo objetivo de uso da terra, combinando agricultura sustentável com conservação da floresta, a área em questão seria uma espécie de bem comunitário.

Este projeto foi protocolado junto ao INCRA em 1997 pela Comissão Pastoral da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais liderados por Dorothy, requerendo duas áreas para a reforma agrária.

O equivalente a 72 mil hectares do total de 500 mil hectares de uma área chamada de Gleba⁸ Belo Monte para o projeto Esperança. 62 mil do total de 210 mil hectares de uma área chamada Gleba Bacajá para o projeto que seria a Vila Jatobá.

A mistura de interesses rodeando estas áreas e seus recursos era o combustível para os conflitos na região. Segundo Carlos Mendes, Jornalista investigativo que acompanhava o trabalho da irmã:

Ela era uma pessoa muito especial, pois sua ideia de reforma agrária era algo muito diferente. Não apenas a clássica reforma agrária, transferindo títulos de terra e abandonando os assentados. Digo sempre que a reforma agrária tal como ela é feita no Brasil é como comer sopa de feijão usando somente o feijão (BRETON, 2008, p.177).

Dorothy também escrevia cartas endereçadas a autoridades, relatando episódios de violência sofridos por ela ou pelos habitantes do PDS, além da invasão de terras e extração ilegal de madeira. Alguns dos madeireiros acusados por Dorothy foram punidos com multas pesadas.

Decorrente da sua atuação política na região, discutindo questões como educação, infraestrutura e a questão da terra, através da formação dos PDS, a Religiosa sofreu ameaças contra a sua vida, essas ameaças eram acompanhadas de tentativas de desmoralizar sua honra. A mesma teve de lidar com uma acusação de fornecimento de armas e apoio a invasões de propriedades sendo, inclusive, levada ao tribunal.

Era evidente seu inconformismo com a precariedade do trabalho assalariado nas fazendas de gado, a pobreza extrema e a falta de perspectiva dos camponeses. Seu trabalho era organizar as pessoas em comunidades. Quase todos os retirantes eram trabalhadores rurais sem-terra em um lugar com uma imensidão de terras públicas que deveria abrigá-los. Havia em Anapu 101 glebas de terra de 3.000 ha. Todas

⁸Nomes dados a Grandes Terras na Amazônia

eram terras públicas sem uso até no final do século passado. (SOUZA, JR. 2020. P3).

Vale mencionar também a função sustentável do projeto, tendo em vista a utilização dos terrenos baseados em uma concessão que visa a preservação de áreas dos lotes e terrenos disponibilizados as famílias e comunidades.

O PDS é uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área.

Seus fundamentos se baseiam no atendimento às especificidades regionais ao invés de considerar o potencial agrícola da terra; no interesse ecológico, além do social; na valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; na concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individual ou condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e no interesse ecológico de recomposição do potencial original da área (BRASIL, 2000).

Depois desse posicionamento várias pessoas vieram a reivindicar as terras desocupadas da região, muitos sob alegação de propriedade por escrito, afirmando a existência até mesmo contratos com a união. Estas pessoas, mais tarde, se mostraram vorazes em defender suas supostas terras dos posseiros que estavam a se beneficiar. O projeto de desenvolvimento sustentável ali chamado de esperança foi alvo de vários ataques, estes relatados pela própria Dorothy.

Os grileiros viam a possibilidade de se fazerem donos de latifúndios numa área valorizada pela estrada construída pelos camponeses e a Prefeitura de Anapu. Os fazendeiros viam a oportunidade de transformá-la em grandes pastagens. Portanto, a elite econômica do Município se voltava, unida, contra o projeto.

Irmã Dorothy mostrou fotos dos barracos das pessoas incendiados para provar as ameaças. A não criação do assentamento era o sinal para os “poderosos” da região de que poderiam continuar expulsando os camponeses, ao invés de ingressar na Justiça. Perguntou como explicaria ao “nosso povo” que a terra é pública e destinada à reforma agrária, mas que o assentamento não poderia ser criado (SOUZA & JR, 2020, p.8).

Além das reuniões em que Dorothy fazia seus relatos, um documento foi assinado pela CPT, com a associação dos PDS, Virola Jatobá e Esperança, trabalhadores da Gleba Manduacari, sindicatos e organizações de trabalhadores da região, alguns membros do executivo, além da missionária, em prol da segurança do território em questão.

Este documento relata as investidas contra o território e denuncia a ausência do estado:

(...) no PDS Virola Jatobá, lote 124, onde há famílias morando desde 1998 e em abril de 2004 o Sr. PAULO MEDEIROS DE CARVALHO, que vive como médico em São Paulo e que se diz proprietário da área, conseguiu que a polícia militar entrasse no lote atirando, invadindo as casas dos moradores e trouxe três pessoas presas, para Altamira, queimaram casas dos posseiros e ameaçaram queimar outras. Deixaram ainda 04 (quatro) homens armados aterrorizando as pessoas (MSTR. 2005 p.11).

O procurador da república Felício Pontes lançou uma nota à secretaria de Bem Estar Social do Estado pedindo proteção policial a Dorothy, após provar que as acusações de fornecimento de armas aos moradores do PDS eram falsas, ela foi premiada com o título de cidadã honorária do Estado do Pará, no mesmo ano foi premiada pela comissão de direitos humanos e a OAB, apesar de em Anapu, em 30 de abril de 2003 ser considerada *persona non grata* pela câmara de vereadores da cidade.

Estas premiações e denúncias não foram suficientes para cessar a tensão na região, os habitantes do PDS tiveram seus patrimônios destruídos, Dorothy não recuou nas denúncias e citava nomes com exatidão mesmo com a sua segurança ameaçada e sem aparato policial para sua defesa, entre estes nomes, estavam o de Vitalmiro Bastos de Moura-Bida, e Regivaldo Pereira Galvão-Taradão. A situação de tensão em Anapu foi documentada e repassada ao Governador do Pará na época, Simão Jatene, sem resposta ou confirmação de recebimento.

No dia 11 de fevereiro de 2005, Dorothy havia tido uma discussão com Tato, um dos envolvidos em sua morte, sobre a destruição da casa de um dos assentados, Luís teve sua casa incendiada, os causadores alegaram que Luís havia invadido o lote 55. Dorothy entrara em embate devido ao conflito de interesses envolvendo esta área, a terra estava registrada no PDS, mas Tato alegava pertencer a ele.

No dia seguinte, Dorothy se preparava para ir à reunião com os assentados sobre a situação do Projeto, quando foi abordada por Rayfran e Eduardo, os três conversaram sobre a situação do Lote 55 e as ameaças direcionadas a Dorothy. Depois de uma discussão travada entre os dois, a Irmã foi alvejada por seis tiros, cinco deles a queimadura.

Os envolvidos na morte de Dorothy não contavam com a repercussão internacional do caso, autoridades foram até a cidade para acompanhar as investigações, o FBI acompanhou o caso por se tratar de uma estadunidense, logo este um procedimento padrão. A polícia os identificou rapidamente, dias depois, mandados de prisão foram expedidos contra Amair Feijoli da Cunha (Tato), Clodoaldo Carlos Batista (Eduardo) e Rayfran das Neves Sales (Fogoió), o primeiro se entregou e os outros dois foram presos, Vitalmiro Bastos de Moura (Bida) e Regivaldo Pereira Galvão (Taradão), foram autuados e presos por serem mandantes do crime.

Uma tentativa de federalização do processo foi solicitada pelo procurador Felício, sem sucesso, já que o estado teria sido eficiente em encontrar os responsáveis pelo crime rapidamente, as sentenças somam 117 anos de reclusão. Hoje, no ano de 2020, dos cinco autuados, três deles cumprem suas penas em regime semiaberto, Taradão, que passou 14 anos em liberdade foi preso novamente em abril de 2019 por decisão do STF, com pena de 25 anos, Rayfran foi condenado em 2018 pela morte de mais três pessoas e continua preso.

Dorothy deixou um legado importante no que tange a luta camponesa na região, seus sucessores continuam seu trabalho em defesa dos PDS mesmo ameaçados constantemente e afetados pelos objetivos latifundiários que tentam, ainda depois de 15 anos tomar as terras dos moradores da área, *vide* o caso de Padre Amáro Lopes, este foi braço direito da Missionária e enfrenta diversas acusações na Justiça, assim como Dorothy sofreu em vida.

Após 15 anos da morte da missionária, o PDS proveniente de sua luta e dos trabalhadores e moradores dos lotes está em situação de colapso por faltas de apoio às instituições legalmente responsáveis pela proteção destes territórios, situação que está cada vez mais sombria devido ao descaso Governo Federal, na gestão do Presidente Jair

Bolsonaro, um projeto de lei⁹ prevendo a anulação das reservas legais estava em tramitação, sendo arquivado no mesmo ano, deixando as claras o objetivo da revogação de parte das reservas rurais destinadas a preservação.

O LEGADO DE DOROTHY STANG, NA LUTA PELO TERRITÓRIO DE VIDA.

Os chamados territórios de vida são “Territórios que são definidos e construídos ao longo de processos específicos de organização e resistência.” HAESBAERT (2020), para as famílias do PDS, o entendimento da ameaça exercida pela frente de expansão do agronegócio foi fundamental para o autorreconhecimento como camponeses e defensores de um modelo diferente de relação com a terra, e para isto, precisavam defender este território.

O PDS, mais do que uma nova forma de gerir a terra, é uma nova forma de gerir a vida dos trabalhadores, o conceito de sustentabilidade foi inédito nos interiores da Amazônia graças ao seu pioneirismo, as reuniões com estes trabalhadores, organização em coletivos e popularização do manejo sustentável foram os fatores diferenciais do PDS com qualquer outra maneira de divisão, uso e gerenciamento da terra na Amazônia.

Os povos da floresta como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, comerciantes pequenos, seringueiros e outras atividades tinham seus territórios, algumas famílias enriqueceram e adquiriram terras, onde se formaram pequenos povoados nesses locais, na falta do estado, a igreja representava a maior autoridade na pessoa do Bispo ou Padre, sem instituições jurídicas e profissionais como juízes, delegados e afins.

Com a chegada destas famílias de diversos lugares do país, a situação da distribuição das terras começou a ficar complexa, dado o grande espaço da Amazônia e as diversas formas de uso desta terra e a grande demanda de famílias, mesmo com o programa de distribuição das terras, conflitos foram instaurados pela falta de titulação, os posseiros foram afetados com esta conjuntura.

A maioria das pessoas não sabia o que era preciso ter um pedaço de papel para provar que a terra era delas, assim abriam clareiras na floresta, plantavam sua safra de subsistência e se achavam pessoas de sorte - até o dia em que um estranho aparecia dizendo-lhes que a terra

pertencia à outra pessoa, que tinha os documentos pra provar, e que teriam que embalar seus pertences e seguir adiante. Em tais casos, e em particular diante do fato de que o estranho reforçava sua demanda com a presença de um homem armado que trazia junto com ele, a ação mais inteligente era arrumar a trouxa e ir em frente, afinal, sempre tinha mais terra. (BRETON, 2008, p. 100).

Nesse contexto de políticas de colonização, conflitos, violência e crescente desorganização da estruturação de terras na Amazônia, envolvendo grades corporações, posseiros, pequenos agricultores, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, uma instituição ligada à igreja católica foi instaurada para auxiliar no registro de conflitos agrários por água, terra e outros recursos, bem como trabalhos de base de tomada de conhecimento das injustiças em que os camponeses viviam, além de auxiliar em atos buscando a defesa de seus direitos.

Dorothy fazia parte desta organização, nos anos 70 ela chegou ao Estado do Pará para continuar seu trabalho missionário, na construção da PA-150, a religiosa transitou em vários locais da região sul e sudeste. Auxiliando em projetos de educação e afins, a mesma presenciou conflitos em diversas localidades, bem como mortes de assentados e famílias que atendia, ameaças a sua própria vida e a de seus companheiros de missão. A missão mais conhecida de Dorothy, a última de sua vida, foi feita no município de Anapu.

Anapu era um pequeno vilarejo parado quando Dot (Dorothy) chegou lá pela primeira vez, e, embora sua população tenha crescido subitamente, ainda não era um lugar desenvolvido. Uma cidade de crescimento irregular com construções de madeira acorçada às margens da rodovia transamazônica, aguardando tempos melhores (BRETON, 2008, p. 161).

Quando se dedicava as missões nesse local, Dorothy via a violência sempre presente, em cartas que escrevia para o escritório da missão, a mesma relatava isto. A intensificação dos conflitos por terra, a intimidação provocada por fazendeiros e madeireiros, e outras mazelas que convivia. As cartas de Dorothy relatavam o esforço para a construção de fábricas para empregar pessoas da região, para processamento de produtos advindos do extrativismo e agricultura familiar.

Em entrevista com o procurador Felício Pontes, o mesmo relata sobre como a missionária se dedicava para a qualificação e melhoria da dinâmica trabalhista dos

moradores da região, o mesmo cita sobre o envio de pessoas pertencentes a algumas famílias para capacitação na Escola Agrícola em Castanhal (atualmente IFPA), estas pessoas foram formadas na instituição e levaram o seu conhecimento técnico para dentro da comunidade, auxiliando no aproveitamento e venda de frutas.

Felício conta que uma das coisas mais interessantes na região era a rapidez da colheita do cacau, enquanto os arredores do PDS eram minados de gado raquítico, desflorestamento intenso e pasto improdutivo, a comunidade contava com esta vantagem na produção dos frutos, associados principalmente com a preservação da floresta.

Os grandes projetos próximos começaram a aflorar e estes projetos na cidade foram interrompidos, mesmo assim, a missão que Dorothy fazia parte conseguiu construir escolas e formar pessoas do local. Em uma de suas cartas, a mesma declara a luta pela manutenção da vida dos trabalhadores do local.

Não vou fugir, nem abandonar a luta desses agricultores, que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor, numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar (PONTES JR, 2020, Np).

Os esforços para a criação do PDS movimentaram os trabalhadores rurais daquela região, orientadas pela missionária, pessoas desterritorializadas e precariamente inseridas naquela região viram em Dorothy uma esperança para ter moradia e trabalho, muitas reuniões, protestos, cartas, documentos, todos requerendo a autorização e legalização do projeto.

A missionária começou a ver sua vida ameaçada, porém não acreditava que estas ameaças poderiam se concretizar, continuando firme nas demandas da comunidade e sempre os que queriam tomar posse dos lotes.

Em suas cartas relatava os abusos praticados contra os trabalhadores, e requeria proteção policial aos moradores da área, além de denunciar a morosidade do poder público. Com o apoio do Procurador Regional da República Felício Pontes, ela protocolava documentos junto ao INCRA para acelerar o processo de institucionalização do projeto de desenvolvimento sustentável.

Após sua morte, que alcançou repercussão mundial, os conflitos em Anapu continuavam os PDS Esperança e Virola-Jatobá sofrem com ameaças, em 2017, estes territórios chegaram a ser invadidos por cerca de 200 homens, grileiros e madeireiros

ilegais, lotes entre 100 e 200 hectares chegaram a ser demarcados e oferecidos a outros posseiros.

De acordo com o Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino, entre os anos de 2005 e 2019, foram registrados 23 assassinatos em conflitos rurais no município de Anapu.¹⁰ É explícita a nitidez e a continuidade das tentativas de desterritorialização dos moradores, a impunidade e vista grossa do estado em relação aos crimes cometidos na área. Apesar destas problemáticas, a memória da luta de Dorothy Stang está viva entre os trabalhadores do PDS, os sucessores de seu trabalho estão nestes locais continuando o trabalho deixado por ela em defesa dos direitos humanos das pessoas do projeto.

O comitê Dorothy foi criado para seguir a trajetória deixada pela missionária, formado por pessoas que acompanharam de perto seu trabalho nos PDS, com o papel de denunciar e acompanhar as questões relativas a conflitos. Recentemente, há denúncias de intimidações sofridas pelos trabalhadores do local.

Atualmente as organizações coletivas no PDS regida por mulheres surge para, além da segurança do projeto, estabelecer um fortalecimento da comunidade que busca qualificação para seus trabalhos, é um retrato da ascensão da mulher como provedora ativa da família e da renda, assim como posições de destaque na comunidade e na sociedade.

Atualmente os trabalhos artesanais são realizados individualmente ou em equipe, no Grupo de Mulheres do Virola Jatobá (GRUMVIJA), o qual surgiu da necessidade financeira e de busca por qualificação profissional de seus trabalhos, visando à agregação de maior valor aos produtos fabricados por elas. Constituído em 13 de julho de 2009, o GRUMVIJA formalizou o pequeno grupo de mulheres – já existente no PDS16 – que necessitavam de organização e apoio financeiro. Além do GRUMVIJA, existem outras duas organizações coletivas no PDS: a Cooperativa de Produtores Agrícolas Orgânicos e Florestais do PDS Virola Jatobá (COOPAF), fundada em 24 de abril de 2007, e a Associação Virola Jatobá (AVJ), fundada em 22 de janeiro de 2003 (CHAVES, CASTRO, MENEZES, 2018).

¹⁰Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/12/irma-dorothy-segue-inspirando-luta-camponesa-15-anos-apos-ser-morta-por-fazendeiros>

Os latifundiários estão mais fortalecidos graças a políticas de desmonte de instituições protetoras destes projetos, desmoralização e criminalização das lutas camponesas e leis mais flexíveis em relação à proteção de reservas florestais.

Estas questões são destacadas pelo Representante do Comitê Dorothy, Dinailson Benassuly:

Tudo o que ganhamos durante esses 15 anos de luta, de persistência está indo embora depois que elegeram um governo de extrema direita para gerir o país. O retorno dos assassinatos, das mortes no campo, principalmente, em Anapu. Vivemos um momento de apreensão tanto com as políticas do governo federal, quanto do governo do Estado (BENASSULY, 2020).

Dorothy é um dos símbolos femininos mais importantes na luta camponesa na Amazônia, foi pioneira na forma de cuidar da terra, trabalho e vida, contrariando de frente o sexismo imposto em relação à representação política, contestando expressivamente as injustiças sofridas pelas famílias de Anapu, tendo uma participação revolucionária nas demandas da região e deixando um processo de ressignificação da luta em relação aos PDS's.

CONCLUSÃO

O caminho até aqui molda o retrato futuro dos desafios que ainda estão por vir, e os desafios que estão sendo enfrentados, a liderança feminina nas diversas esferas e âmbitos da sociedade, e mais especificamente no campo, sugere a criação de políticas públicas e atendimento de demandas bem mais heterogêneas que o velho patriarcado propõe, a voz e vontades femininas foram deixadas em segundo plano, mesmo que, em teoria, a liderança seja o retrato do povo, essa não era uma realidade, e o que se pode observar é a insistência e engajamento para que se mude esse paradigma.

Irmã Dorothy está canonizada na história desse belo quadro que está sendo perpetuado por todas as mulheres que se propõem a mudança do paradigma patriarcal perpetuado até então. O ano de 2020 é importante no tocante ao destaque que a luta feminina no campo carece. Além de ser “O ano da mulher rural”, 15 de outubro é o dia internacional da mulher rural, também é o ano que se completou 15 anos da morte de

Dorothy Stang, época para se refletir a vivência destas mulheres. Mais do que refletir estas vivências, é importante discutir a problemática originária da luta feminina, mulheres que sofrem violência de gênero, raça e outras ordens e utilizam suas articulações para questionar este cerceamento aos espaços políticos rurais e resistem apesar de tentativas sistemáticas de desarticulação.

Dorothy é uma das várias mulheres que perderam suas vidas em defesa da vida de suas comunidades, não desistiram das suas demandas e lutaram pelo direito, sobretudo de falar e permanecer na representação das suas localidades, enfrentando adversidades internas, interferências externas e marginalização dos movimentos que participam. A missionária Dorothy não foi assassinada, foi “plantada”, seu legado é uma árvore que gera frutos de esperança e luta na Amazônia, sendo espelho para a comunidade em geral do PDS, especialmente para as mulheres. Sendo exemplo contundente de que “a luta que se perde é aquela que se abandona”.

Nem Dorothy, nem as mulheres que ocuparam estes espaços em suas comunidades abandonaram suas lutas, e infelizmente foram afetadas pelo sistema sexista que mais do que repulsa, possui medo da revolução que as mulheres podem realizar na reestruturação dos agentes das lutas camponesas amazônicas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREATA Cleusa Maria, ROCCA Susana, Azevedo Wagner Fernandes de. **Vozes que desafiam. Dorothy Stang, profetisa e mártir da Amazônia** | 21 outubro 2019, Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593631-vozes-que-desafiam-dorothy-stang-profetisa-e-martir-da-amazonia>.

BARBOSA Catarina, **Irmã Dorothy segue inspirando luta camponesa, 15 anos após ser morta por fazendeiros**, 12 de fevereiro de 2020. Disponível em: <HTTPS://www.brasildefato.com.br/2020/02/12/irma-dorothy-segue-inspirando-luta-camponesa-15-anos-apos-ser-morta-por-fazendeiros>

BASTER, Raquel. **O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. In: Conflitos no campo: Brasil 2018.** [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade – Goiânia] CPT Nacional – Brasil, 2019, p 83 – 88.

BRETON, Binka le. **A dádiva maior: a vida e a morte corajosas da Irma Dorothy Stang** - 1ªed São Paulo, Globo. 2008.

Butler, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, 2003: Civilização Brasileira.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares, **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**.-. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2009.

CARIOCA, DANIELA SILVA. **VIDA RELIGIOSA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: História e engajamento missionário na congregação feminina de Notre Dame Namur** / Daniela Silva Carioca. UFMA.2018.

CHAVES, Ana Ruth dos Santos; CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de; MENEZES, Andreia de. **A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(1): e42742, janeiro-abril/2018.

COSTA, Mara Cristina de Lima; PORRO, Roberto. **Assentamentos convencionais e projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu, Pará: percepções locais da trajetória de implementação** Revista Retratos de Assentamentos Vol. 22 N.2 de 2019 ISSN: 1516-8182.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017. I Tomo, Migraciones.

GARCÍA, Maria Franco. **A LUTA PELA TERRA SOB ENFOQUE DE GÊNERO: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**, UNESP. Presidente Prudente. 2004.

HAESBAERT Rogério **Território(s) numa perspectiva latino-americana** Journal of Latin American Geography, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 141-151 (Article)

Hirata, H. **Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho** (2003). In M. Teixeira (Org.), NOBRE, M e GODINHO, T (org.), Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher – Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez (orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**/. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero, **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. / Marco Antonio Mitidiero Junior. – São Paulo: USP, 2008.

Movimento Social e Dos Trabalhadores Rurais de Anapu. **O Grito dos posseiros do PDS de Anapu**. Arquivo da CPT. Anapu. 2005.

PONTES Felício: entrevista [nov. 2020]. Entrevistadores: Rubens Castelo, Marília Lisboa. Plataforma Zoom.

PONTES Felício. **A Força**. In GUZZO, Maria Rosário Souza, and Nivalda Silva de SANTANA. "Irmã Dorothy Stang: a mártir do PDS." Anapu:[sn] (2009).

SALVARO, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). “**Mulheres agricultoras**” e “**mulheres camponesas**”: **lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades**. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89.

SILVA, Ivanilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. -. João Pessoa, 2016.

TARREGA Maria Cristina Vidotte Blanco. **Violência contra as mulheres. O patriarcado e as institucionalidades públicas nos conflitos no campo**. In: **Conflitos no campo: Brasil 2019**. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Paulo César Moreira dos Santos– Goiânia] CPT Nacional – Brasil, 2020, p 89 – 98.